

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 9, número 2 (2018)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

Memória e Constituição da identidade de uma Professora Travesti

*Memoria y Construcción de la identidad de una
Profesora Travesti*

*Memory and Constitution of the Identity of a
Transvestite Teacher*

Gabriela da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
geduca@hotmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Gabriela da. Memória e Constituição da
identidade de uma Professora Travesti **Revista Latino
Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 365-
376, 2018. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Memória e Constituição da identidade de uma Professora Travesti

Memoria y Construcción de la identidad de una Profesora Travesti

Memory and Constitution of the Identity of a Transvestite Teacher

Resumo

O Ensaio traz como referencial teórico a questão da memória, considerada, para tanto, como constituidora de sentidos e significados históricos, possibilitando, no tempo presente, ressignificar a constituição da identidade de uma professora travesti. Com isto, pretende-se articular esta perspectiva teórico-metodológica minhas experiências e vivências na Educação Pública, tanto como aluna ou como professora, e atualmente, como doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada a Linha de Pesquisa: Dissidências de Gênero, Educação e Relações Étnico-Raciais do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transexualidades e Transgeneridades (NETRANS) e Sujeitos, Processos educativos e Docência/Ensino e Formação de Professores (SUPED). A memória como categoria central, é utilizada com a finalidade de retratar as mulheres invisíveis negadas, as sombras, as minorias, as sujeitas excluídas da História Oficial, concernente a construção do mundo e da realidade.

Palavras-Chave: Memória; Identidade; Professora; Travesti e Educação.

Resumen

La enseñanza trae como referencia teórica la cuestión de la memoria, considerada, para tantos, como constituidora de sentidos y significados históricos, posibilitando en el tiempo presente, resignificar la constitución de la identidad de una profesora travesti. Con esto, se pretende articular esta perspectiva teórica-metodológica con sus experiencias y vivencias en la Educación Pública, tanto como alumna o como profesora, y actualmente, como estudiante de doctorado en Educación en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada a la Línea de Pesquisa: Disidencia de Genero, Educación y Relaciones Étnico-Raciales del Núcleo de Estudios y Pesquisas de Travestilidad, Transexualidad y Transgeneridad (NETRANS) y Sujetos, Procesos educativos y Docencia / Enseñanza y Formación de Profesores (SUPED). La memoria como categoría central, es utilizada con la finalidad de retratar las mujeres invisibles negadas, las sombras, las minorías, las sujeta excluidas de la Historia Oficial, concernientemente a la construcción del mundo y la realidad.

Palabras-Clave: Memoria; Identidad; Profesora; Travesti y Educación.

Abstract

This essay adopts as a theoretical reference the question of memory, considered as a constituent of historical senses and meanings, making it possible, at the present time, to resignify the identity constitution of a transvestite teacher. With this, we intend to articulate this theoretical-methodological perspective with her general and personal experiences in Public Education, both as a student and as a teacher, and currently, as a doctoral student in Education by the Federal University of Santa Catarina (UFSC), linked to the Line of Research: Gender, Education and Ethnic-Racial Relations Dissents, of the Center for Studies and Research of the Transvestite, Transsexual and Transgender Condition (NETRANS) and Subjects, Educational Processes and Teaching / Teaching and Training of Teachers (SUPED). Memory as a central category is used here for the purpose of portraying the invisible women denied, the shadows, the minorities, the subjects excluded from the Official History, concerning the building of the world and the reality.

Keywords: Memory; Identity; Teacher; Transvestite and Education.

Gabriela da Silva



Contextualizando a Temática

Gostaria de começar argumentando como possibilidade de minha existência, sob a ótica da memória e da constituição da identidade de professora travesti, dentro de um referencial teórico-social-contemporâneo, a partir de uma perspectiva que abrange narrar a História do tempo presente. Conforme Alberti (2006, p. 165): “efetuando e elaborando as experiências, incluindo situações de aprendizagem e decisões de estratégias para responder determinadas questões cotidianas”. Neste sentido, entendo e reconheço a História do tempo presente como processo de indagação, investigação e que mobiliza a construção de outros saberes e conhecimentos.

Isto posto, cabe perguntar: Qual o lugar que pode ocupar uma mulher travesti, professora e pesquisadora no mundo? Esta é a reflexão que norteou a produção desta narrativa biográfica, construída não com neutralidade, mas como opção político-ideológica de denúncia, subversão e transgressão. Com o propósito de afirmar a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades sociais invisibilizadas, marginalizadas e negadas por identidades hegemônicas cisheteronormativas brancas. Ou quem saiba da possibilidade de se reconhecer as vivências e experiências de sujeitas travestis na sociedade, em especial no ambiente escolar, cujas histórias de vida por muito tempo foram silenciadas. Porque, segundo Alberti (2004, p. 15):

[...] é a experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isto dá vida a – as conjunturas e as estruturas que de outro modo parecem tão distantes.

Por isto, argumento que minha história com a escola sempre se constituiu pela experiência da transgressão e subversão das normas e regras, recompondo-se por estes sentimentos, também, foi construído meu corpo e minha identidade, que se ampliou nas experiências e vivências cotidianas no ambiente escolar que me formou. Porque de alguma maneira não me reconhecia em muitas das práticas, regras e normas institucionalizadas na/pela escola.

Por minha experiência tanto como aluna ou como professora, reconheço que a instituição escolar teve e ainda tem dificuldades em tratar gênero e sexualidade, em especial quando se depara com estudantes (gays, lésbicas, travestis e transexuais) que não se conformam ao modelo cisheteronormativo de correspondência entre sexo biológico, expressão de gênero e orientação sexual heterossexual, ou seja, homens de sexo biológico, masculinos e heterossexuais e mulheres de sexo biológico, femininas e, igualmente, heterossexuais. Para Louro (2012, p. 43)

a instituição escolar privilegia apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e feminilidade e uma única forma saída e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão

significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico.

Trago, tanto na materialidade do meu corpo como em minhas subjetividades, as marcas e regras desta escola, em que as pedagogias educativas não somente dividiam os corpos de meninos e meninas, mas reforçavam seus gêneros/sexos. Este processo vivenciado em minha memória e identidade é compartilhado pelo pensamento da filósofa Judith Butler (2016) em Problemas de gênero apontando para a exclusão de corpos que transgridem as cisheteronormatividades, referindo-se, nesta perspectiva, aos corpos abjetos.

Um Relato de Si

Dentre as atividades que mais conformavam o binarismo sexo/gênero na escola, eram as práticas de Educação Física. Recordo que era muito difícil estar praticando atividades pelas quais somente era destinado aos corpos educados de machos. O futebol, por exemplo, além de produzir um sujeito de sexo/gênero, denunciava a minha não masculinidade e o não pertencimento a um grupo social. E isto, com certeza, era sinônimo de abjeção, estigmatização, discriminação e preconceito que apareciam em forma de apelidos pejorativos, inferiorizando-me pela minha expressão feminina de gênero, articulados pelos dispositivos de inferioridade como 'Mulherzinha', 'Mané-mulher' e 'Mariquinha'.

Ao mesmo tempo em que rejeitava estes termos, também me reconhecia nesta diferença, porque inconscientemente sabia que aquele não era o meu lugar, acreditava que a “culpa” por ser diferente era somente minha, pois não conhecia ninguém na escola que passava por este mesmo problema de discriminação e preconceito. Neste período, com certeza, a minha expressão de gênero não estava conformada ao sexo biológico, e era vista como um problema e que precisaria ser educada. Como tudo na escola precisava ser aprovado ou reprovado, isto não seria diferente para com os sujeitos que transgredissem as normas de sexo/gênero, sem falar que não havia na escola nenhum movimento contrário para impedir que estas agressões verbais e psicológicas cessassem.

As maiores agressões sofridas no ambiente escolar eram as aulas de Educação Física, elas apareciam como regras de controle de minha expressão de gênero feminina, pois a mesma não obedecia as regulações de sexo/gênero. E quem não obedece esta regra na escola, como no meu caso, era punido severamente com castigos, como escrever relatórios por não participar das aulas de esportes. Sempre convivi com expressões que afirmavam: “isto não é coisa de menino, anda direito sem rebolar, isto é coisa de menina”. Foram estas palavras que me constituíram e que passei a conviver na escola.

Do ensino e aprendizagem que na escola experienciei, a pedagogia da heteronormatividade se materializava nas carteiras, pois naquele período serviam para demarcar nossos lugares na hierarquia de sexo/gênero, os meninos deveriam sentar-se juntos e isto também acontecia com as meninas, reproduziam estas mesmas hierarquias nas missas que frequentava com meus pais na Igreja Católica, no qual os homens sentavam de um lado e as mulheres de outro, no meu caso sempre junto dos homens. Neste aspecto, religião e

educação sempre utilizaram as mesmas estratégias pedagógicas de repressão e controle dos corpos dos sujeitos. Considero necessário contextualizar esta relação, porque também me constitui pela religião, lembro-me dos rituais e das simbologias que reafirmavam e diferenciavam o masculino do feminino.

Minha trajetória escolar sempre foi em escola pública e marcada por uma concepção autoritária e militar de educação, fruto ainda do regime ditatorial que a educação reproduzia neste período. As disciplinas, como Organização Social e Política do Brasil, Moral e Cívica, Técnicas para o Trabalho faziam parte do currículo escolar e aprisionavam os estudantes. Eram destinadas não somente a formar no aspecto racional, mas instituíam certa moralidade, dentro de uma ordem que estabelecia o cumprimento de regras. Para Butler (2015, p. 13): “as questões morais surgem no contexto das relações sociais, mas também que a forma dessas questões muda de acordo com o contexto – e até o contexto, em certo sentido é inerente à forma da questão”.

Neste contexto que eu estava inserida, transgredir as normas e regras institucionalizadas era quase que impossível. O melhor mesmo era se conformar e resistir para poder existir. Além do mais acreditava que era natural obedecer sem questionar pelas condições que determinavam este modelo de educação. Não somente a escola agia desta forma, mas toda a sociedade, produzindo em nosso modo de pensar e agir e pelas formas que compreendíamos a vida e o mundo.

Os seres diferentes, anormais e abjetos não tinham espaço neste mundo para expressar sua identidade de gênero e orientação sexual diferentes das heteronormatividades, o que lhe restava era resistir às opressões de sexo e gênero, recalando as orientações sexuais e identidades de gêneros que subvertiam a ordem. Porque o que havia neste período, em termos de relações sociais, era uma idealização, um nacionalismo que primava pela coerência e universalidade do sujeito.

Por incrível que pareça, era constrangedor ter que trocar de roupa no vestiário masculino para realizar Educação Física ou ir ao banheiro masculino, ambos os lugares demarcados pelo machismo e assédio moral. Sempre esperava que os meninos se trocassem primeiro para depois conseguir fazer o mesmo, sem que fosse ridicularizada. Ir ao banheiro sempre em horários de pouco movimento, pois sentia muito medo de sofrer abusos. Houve alguns momentos que não resistia e fazia xixi nas calças. Como afirma Butler (2015, p. 16): “o contexto não é externo ao problema: ele condiciona a forma que o problema vai assumir”. Estes problemas apontados são determinados pelas condições sociais e históricas de uma época.

Ainda hoje fico me perguntando: “Por que um lugar que era para reconhecer a diferença e diversidade humana tornou-se um ambiente repressor e castrador para a afirmação de minha identidade de gênero?”. Foi neste contexto, que fui instruída para obedecer às normas e regras da Instituição Escolar, inclusive para me constituir como “um homem de verdade”. Porém, conforme Butler (2015, p. 35):

[...] nossas decisões não são determinadas pelas normas, embora as normas apresentem o quadro e o ponto de referência para quaisquer decisões que venhamos a tomar. Isso não significa que dado regime

de verdade estabeleça um quando invariável para o reconhecimento; significa apenas que é em relação a esse quadro que o reconhecimento acontece, ou que as normas que governam o reconhecimento são contestadas e transformadas.

Verifico hoje, que as aprendizagens de sexo/gênero, que eram ensinadas por meio do chamado currículo escolar, nos tornavam sujeitos machistas, sexistas, racistas e, com certeza, para discriminar e ter preconceitos com as diferenças. Porém, sempre contestei e transformei minha diferença em afirmação e reconhecimento, não aceitando normas e convenções sociais pré-determinadas. Relutei muito para reconhecer e afirmar minha identidade de gênero, que não se constituiu em algo natural como a cisgenereidade, sem conflitos e contradições, pois sofri muito para ser aceita e reconhecida.

O Vivido e o Concebido

Utilizo aqui as categorias do vivido e do concebido como processos centrais em minha relação com o mundo, de minhas experiências e vivências; sejam como professora ou como militante. Porque, segundo Alberti (2004, p. 16): “concebemos o mundo sempre de modo descontínuo, agrupando e relacionando conceitos, justapondo contradições e procurando resolvê-las sem sínteses”.

Assim, também relaciono minha memória e identidade de gênero ao ano de 2004, ao qual iniciei minha militância e ativismo social, articulados as questões das políticas de gênero e sexualidade. Mais pontualmente de minha aproximação com o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) quando passei a atuar na luta por direitos sociais e políticos para a população Transgênero.

Situar o leitor sobre a construção de minha identidade de gênero articulada com minha trajetória pessoal e profissional se faz necessário. Porque, ao narrar, procuro dar significados à minha própria experiência e vivência, bem como da relação que estabeleço com minha identidade de gênero, tornando-os conscientes para mim e para os outros, sendo que em um primeiro momento não aparecem de forma tão explícitas. Porque segundo Butler (2015, p. 32):

momentos de desconhecimentos sobre si mesmo tendem a surgir no contexto das relações com os outros, sugerindo que essas relações apelam a formas primárias de relacionalidade que nem sempre podem ser tematizadas de maneira explícita e reflexiva.

Relacionalidade que se constitui entre Eu e o Outro, e que me possibilitou outros olhares na construção do pensamento e da consciência, construídas no ativismo. Aos poucos fui me construindo para além de minha identidade de gênero, ampliando a compreensão de que ser 'homem' ou 'mulher' não é apenas uma das construções de nossa identidade social. Um movimento do 'vir-a-ser' que se dá continuamente, pois podemos expressar diferentes masculinidades e feminilidades, mesmo para sujeitos que subvertem as normas de sexo/gênero, identidades não são fixas e imutáveis.

Durante a graduação, na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), nunca tive contatos com as temáticas de gênero e sexualidades, pois as mesmas não faziam parte do currículo. Sendo assim, minhas formulações teóricas construíram-se no movimento social como militante das causas LGBTT e no grupo de estudos e pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual pude me apropriar de conceitos, termos e categorias.

Eventos como 'Fazendo Gênero'¹ e 'Trans Day'² foram de suma importância para o reconhecimento da minha identidade política. Fui convidada a participar em mesas de debates, reflexões com a finalidade de falar sobre minha história de vida.

A militância e o ativismo no Movimento Nacional de Travestis e Transexuais, possibilitou-me romper com as fronteiras do local e me levou a participação em âmbito nacional, regional e estadual, inclusive contribuindo na construção: do 'Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e IST entre Gays, HSH e Travestis'; do 'Plano Nacional de Combate a Homofobia'; do 'Projeto Escola Sem Homofobia', apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), e que teve como objetivo contribuir para implementar o Programa Brasil sem Homofobia, financiado pelo Ministério da Educação.

Em meio ao vivido e concebido, que ora se dissipam e ora se contraem, tive ainda a convivência interpessoal realizada no fazer profissional como professora, no contexto/meio, de formação permanente - cursos e programas, que também se constituíram nas experiências de uma mulher travesti. Conforme Larrosa (2004, p. 116):

[...] o sujeito da experiência é um sujeito exposto. Parece-me que a experiência agrega em si e por si, o vivido e o não vivido, possibilitando a legitimação do entre lugar – a resignificação. A experiência é '[...] o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece.

Porque, no relato de si, de certa forma, algumas pessoas não somente 'passam' por nós, elas nos 'transformam'. Por isso, não há como desconsiderar, na construção deste texto narrativo, minha condição como ser humano, professora e travesti. No contexto social entre tantas outras 'mulheres' que reivindicam reconhecimento, em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e sexo. A lente que utilizo para ver o mundo vai se ampliando e resignificando e com isto vivencio outras existências.

Considero que a adoção do nome social 'Gabriela' faz parte de minha trajetória histórica na academia, em especial a partir do contato com o escritor

1 Seminário Internacional promovido na Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Antropologia Social.

2 Seminário promovido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina.

Jorge Amado, pois na leitura de sua obra identifiquei-me com a personagem em minha experiência pessoal. A representação de um nome social é muito mais do que um substantivo próprio para classificar a noção de gênero feminino, é acima de tudo uma representação de uma identidade que subverte a norma e os paradigmas ortodoxos de masculinidade e feminilidades hegemônicas.

Meu Modo de ver o Mundo

Nesta nova fase de minha trajetória enquanto profissional e no ativismo social ocupei outro lugar, o de pesquisadora interessada em analisar e interpretar como a educação tem articulado em sua prática as condições para minimizar ou mesmo superar preconceitos e discriminações instituídos em seu interior. Deixei de ser objeto de pesquisa, para tornar-me sujeito da própria história da diferença, pois segundo a música de Caetano Veloso, Dom de Iludir: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” (VELOSO, 1986). Ao atuar na pesquisa, todas as contribuições que surgiram no transcurso de minha história me propiciaram uma visão de conjunto da sociedade, (re)organizando minhas principais experiências subjetivas e objetivas.

Compreendo que o lugar que ocupo no mundo não está determinado e fixo, mas atravessado por minha condição de mulher travesti, professora, militante e ativista. Nesta imbricação vou me constituindo também com a identidade de pesquisadora nas questões de gênero, sexualidades e educação, me apropriando de outros olhares para enxergar o mundo e a realidade, em que sujeitos como “eu” são discriminados, subalternizados e inferiorizados pelo não determinismo biológico sexo/gênero. Assim, ao ocupar o lugar de pesquisadora, deixo de ser objeto de pesquisas para me construir pelas experiências subjetivas e objetivas de outros sujeitos, Como apontado por Saffioti (1992, p. 210):

[...] não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Por isto, meus atravessamentos são múltiplos e se interseccionam com outras identidades para me afirmar e me reconhecer nas diferenças, exigindo igualdade de direitos para todos. Numa sociedade ainda marcada fortemente por discriminação e preconceito de sexo e de gênero. Minha identidade não segue uma lógica coerente e específica, a de um determinismo biológico ou cronológico para impor um sentido da existência no mundo.

Na dissertação de mestrado defendida no ano de 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, utilizei a metodologia de pesquisa qualitativa através de entrevistas semiestruturadas com a finalidade de analisar e interpretar as concepções das diretoras sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Sendo que, num segundo momento articulei suas concepções com as práticas de discriminação e

preconceitos vivenciados no ambiente escolar por estudantes meninos com expressões de gênero reconhecidas como afeminados e meninas masculinizadas. Estudantes que subvertem as normas de sexo/gênero inteligível na concepção das diretoras. Jeitinho ou vícios que precisam ser corrigidos, um problema que merece atenção da escola para que seja educada e sua aparência condizente com seu sexo biológico.

Ao dialogar com as pesquisas de sujeitos transgêneros, no campo da educação, podemos verificar que as memórias constituem objeto de análise e investigação, por se tratar de uma temática historicamente marginalizada. Na pesquisa sobre resistências e assujeitamentos as normas disciplinares da escola, a Doutora Luma Nogueira de Andrade (2012) constatou que as travestis podem sobreviver, em alguns momentos, elas sucumbem ao peso de forças adversas, mas também conseguem gozar as alegrias da solidariedade.

Por sua vez, a Doutora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), analisou as experiências de gays afeminados, viados e bichas pretas na escola; concluindo que foi possível através de suas narrativas “pautar o vocabulário preto/a como categoria de análise e não como simples adjetivo, bem como as categorias de gay afeminado, viado e bicha”, considerando as pesquisas e estudos na perspectiva da educação. A dissertação de mestrado de Marina Reidel (2013, p. 7) propõe: “uma nova leitura que traz as histórias de professoras transexuais e travestis atuantes na educação brasileira como personagens que, por muito tempo, ficaram escondidas ou à margem da sociedade”.

Estas pesquisas constroem narrativas de memórias e identidade de travestis e transexuais no contexto da educação brasileira, reafirmando a necessidade de reconhecimentos de sujeitos que a História os negou. Por isto, a importância de reconhecimento e visibilidade de uma população que reivindica o direito de sua afirmação e identidades. Como afirma Hall (2014, p. 111):

[...] identidade pode significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”.

Meu modo de ver o mundo e a realidade tem a particularidade de um sujeito que por muito tempo se constituiu na abjeção, negação e invisibilidade. Neste cenário, considero que a produção desta pesquisa, de certa forma, vem permeada por vários caminhos/descaminhos, encontros/desencontros numa trajetória que não é linear, lógica, homogênea e determinista, mas imbricada de conflitos e contradições, existencial e singular. Todas estas possibilidades não estão separadas da totalidade em que me constituí como sujeita, ou talvez, das diversas formas em que continuamos nos constituindo como classe, gênero, sexualidade, raça e geração.

Em minha pesquisa, a nível de mestrado, procurei responder à seguinte questão: qual a importância que as dimensões de gênero e sexualidade adquirem na concepção das diretoras escolares no reconhecimento ou

desconhecimento da discriminação e do preconceito em relação a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBTT)?³

O objetivo geral foi pesquisar as concepções das diretoras atuantes na rede municipal de Tubarão sobre preconceito e discriminação relacionados aos sujeitos que não tem uma correspondência entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão da sexualidade socialmente esperados. Como objetivos específicos o estudo se propôs a identificar as concepções das diretoras sobre questões de gênero, sexo e sexualidade; a evidenciar a existência do preconceito e discriminação para com alunos LGBTT na concepção das diretoras; analisar o posicionamento das diretoras frente a atitudes de preconceitos e discriminação por parte dos alunos, funcionários e professores.

Os referenciais teóricos pautaram-se nos aportes dialéticos, culturalistas, identitárias e das diferenças. Os Estudos Queer contribuíram para a compreensão da escola como possível espaço de subversão das normas de gênero/sexo, superando as propostas que fixam os sujeitos em estruturas rígidas, deterministas e convencionais.

A pesquisa teve como locus o ambiente escolar da rede municipal de ensino de Tubarão, compreendendo seis, das oito unidades escolares que oferecem as séries finais do ensino fundamental. A metodologia foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com seis diretoras de escola semiestruturada.

Com relação aos resultados observou-se que as discriminações e preconceitos surgidos no espaço escolar ou são encaminhadas por um trabalho pontual e não sistemático, ou se reduzem a sermões que envolvem o poder atribuído à diretora na exigência do respeito às diferenças. A sexualidade é vista como atrelada ao sexo biológico, e os casais são vistos como extensão da ideia de reprodução e pelo viés da prevenção a ISTs/HIV/AIDS. Identificou-se uma lacuna na formação inicial e continuada das diretoras com temáticas que envolvam o universo das diferenças sexuais e de gênero, de forma que a discussão na escola é atribuída aos profissionais da área da saúde.

Neste sentido, é imprescindível destacar o desafio da escola na luta pela transformação de ideologias conservadoras e dominantes, ainda cisheteronormativas, que excluem meninas e meninos por suas identidades de gênero e orientação sexual e lutar pelo compromisso da escola em 'educar' para as questões humanas, e entre elas as referentes à sexualidade e ao gênero.

Considerações

Precisei resistir muito para poder existir num ambiente que exclui, marginaliza e discrimina sujeitos que como 'eu' não correspondia aos interesses da escola. Um sujeito que não somente transgredia as normas de sexo/gênero, mas questionava os conhecimentos e as verdades produzidas numa educação normatizadora de corpos e mentes. Se foi difícil como estudante, mais difícil ainda é ocupar um lugar no qual meu gênero desafia novamente as normas, um lugar construído para educar e ensinar sujeitos a se comportarem de acordo com padrões e valores universais: heterossexual, branco, cristão e transfóbico.

3 Disponível em: <https://bit.ly/2zd0Hyu>.

Senti este mesmo peso na graduação e não diferentemente ao me ousar em passar de objeto de pesquisa para me tornar pesquisadora. Nossos conhecimentos parecem não possuir o mesmo prestígio e reconhecimento que os dos sujeitos cisheteronormativos. Sinto-me, em muitos momentos inferiorizada e subalternizada, pois ainda somos vistas como sujeitas marginais, que ao sermos acolhidas pela Universidade, esta prestaria um favor ou agiria pelo discurso do politicamente correto.

Neste contexto, pode-se dizer que o estigma tem servido para reduzir o sujeito à um único aspecto, permeado de julgamento, de discriminação, conforme apontou a pesquisa 'Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar', realizada conjuntamente pela FIPE/MEC/INEP, e publicada em 2009 (FIPE, 2009) que, baseada em uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, apontou entre suas conclusões que: os públicos-alvo pesquisados apresentam atitudes, crenças e valores percebidos que indicam que o preconceito na escola é uma realidade brasileira; os dados escolares relativos às atitudes discriminatórias revelaram que os maiores percentuais se relacionam inclusive a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%); étnico-racial (22,9%); e territorial (20,6%). Estes dados, além de outras fontes demonstram que no Brasil há forte discriminação por gênero, orientação sexual, raça, etnia e regionalidade.

Pelo exposto, é imprescindível destacar o desafio da educação na luta pela transformação de mentalidades conservadoras e dominantes, ainda cisheteronormativas, que excluem meninas e meninos por suas identidades de gênero e orientação sexual. Nesta perspectiva, não basta que a educação busque atingir seus objetivos relacionados aos conhecimentos acumulados historicamente, resultantes do modo de produção da vida material, mediadas pelo conjunto da vida social, política e econômica. É necessário o compromisso de uma educação emancipatória, libertária e democrática, em “educar” para as questões dos direitos humanos, incluem-se a sexualidade e o gênero como dimensão das experiências e vivências dos sujeitos e sua afirmação como ser humano.

Referências

ALBERTI, V. **Ouvir, contar**: textos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade.

Tradução Renato Aguiar. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FIPE. **Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. São Paulo: Governo Federal. 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARROSA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto: Histórias de professoras travestis e transexuais na educação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. P. 183-215.

SILVA, G. **Gênero e Sexualidade no ambiente escolar: Concepções das Diretoras frente a Preconceitos e Discriminações com Estudantes LGBTT**. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Tubarão.

VELOSO, C. **Dom de Iludir**. Island Def Jam Music Group, 1986. Disco sonoro.

Recebido em 20 de Agosto de 2018.

Aceito em 07 de Outubro de 2018.

Gabriela da Silva

